LUMEN ET VIRTUS
ISSN: 2177-2789

SAÚDE COLETIVA E POPULAÇÕES TRADICIONAIS: O CUIDADO EM SAÚDE PARA POVOS CIGANOS NO BRASIL

https://doi.org/10.56238/levv16n47-014

Data de submissão: 04/03/2025 **Data de publicação:** 04/04/2025

Andres Santiago Quizhpi Lopez
Cirurgião e Traumatologo Buco Maxilofacial
Instituição: Universidad Católica de Cuenca sede Azogues
Email: ansaquilo@yahoo.es
Orcid: 0000-0002-6089-0389

José Ribamar Costa Neto
Graduando em Enfermagem
Instituição: Universidade Federal do Maranhão - Campus PHO-MA
E-mail: josercn11@gmail.com
Lattes: https://lattes.cnpq.br/1497227462144823

Carla Emanuele Lopatiuk
Graduanda em Medicina
Instituição: Centro Universitário Campo Real
E-mail: carla.emanuele2201@gmail.com
Lattes: http://lattes.cnpq.br/1290510601340514
Orcid: https://orcid.org/0009-0006-3293-6534

João Victor de Assis Prates
Especialista em saúde da família
Instituição: Escola de saúde pública da Bahia
E-mail: jvictorprates22@hotmail.com
Orcid: https://orcid.org/0009-0002-1434-5387
Lattes: http://lattes.cnpq.br/9316829101409229

Aline Pacheco Eugênio
Especialista em Saúde Mental (UFPB)
Instituição: Universidade Federal do Rio Grande do Norte
E-mail: alinepachecoeu@hotmail.com.br
Orcid: https://orcid.org/0009-0006-7647-866X
Lattes: http://lattes.cnpq.br/2373617881467821

Thamyres Maria Silva Barbosa
Mestranda em Gestão dos serviços de Atenção primária a saúde
Instituição: Fundação Universitária Iberoamericana (FUNIBER)
E-mail: Thamyresmaria726@gmail.com
Orcid: 0009-0007-0657-5023
Lattes: http://lattes.cnpq.br/9149332823885955

Livia Faria Orso
Mestre em Enfermagem;
Instituição: Universidade de Marília - Unimar
E-mail: liviaorso@unimar.br
Orcid: https://orcid.org/0000-0003-0602-5578
Lattes: https://lattes.cnpq.br/2765479231168355

Carlos Lopatiuk
Doutor em Ciências Sociais pela UEPG e Doutorando em Desenvolvimento Comunitário
Instituição: Universidade Estadual do Centro-Oeste-UNICENTRO
E-mail: carloslopatiuk@yahoo.com.br
Lattes: http://lattes.cnpq.br/9701518133630285
Orcid: https://orcid.org/0000-0001-5918-0657

RESUMO

Este estudo analisa a assistência à saúde dos povos ciganos no Brasil, à luz das políticas públicas e das diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS), com foco na promoção da equidade em saúde coletiva. Por meio de uma revisão integrativa da literatura, foram selecionadas publicações entre 2017 e 2025 nas bases SciELO, LILACS, BVS e PubMed, utilizando descritores padronizados. Dos 124 estudos inicialmente encontrados, apenas 8 atenderam aos critérios de inclusão, revelando escassez de produção científica sobre o tema. Os resultados evidenciam que, apesar dos avanços normativos como a criação da Política Nacional de Atenção à Saúde do Povo Cigano, a efetivação dessas políticas enfrenta obstáculos, como a invisibilidade nos sistemas de informação, a falta de capacitação profissional, as barreiras culturais e a resistência institucional. Conclui-se que o cuidado em saúde para os povos ciganos ainda é limitado, exigindo estratégias intersetoriais, formação em saúde intercultural e maior envolvimento das lideranças comunitárias para garantir o direito à saúde de forma equitativa e culturalmente sensível.

Palavras-chave: Saúde Coletiva. Populações Tradicionais. Povos Ciganos. Acesso aos Serviços de Saúde. Equidade em Saúde. Política de Saúde.

1 INTRODUÇÃO

A saúde coletiva se configura como um campo multidisciplinar que integra conhecimentos e práticas voltadas à promoção, proteção e reabilitação da saúde, tendo como um de seus fundamentos o reconhecimento das particularidades socioculturais de diversos grupos populacionais. No Brasil, esse desafio se intensifica devido à sua rica diversidade étnica, cultural e territorial, especialmente no que tange aos grupos tradicionais, como os povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos e ciganos. Estes últimos, apesar de estarem presentes historicamente no território nacional, continuam invisíveis para as políticas públicas, carecendo de iniciativas específicas que garantam seus direitos (Almeida; Barbosa; Pedrosa 2013).

Os povos ciganos constituem uma população tradicional com modos de vida característicos, que incluem a itinerância, a valorização da oralidade, da família alargada e uma forte identidade cultural. Segundo informações da Fundação Cultural Palmares e dados do IBGE, estima-se que existam aproximadamente 500 mil ciganos no Brasil, pertencentes a diversas etnias, como Kalon, Rom e Sinti. No entanto, a ausência de dados específicos torna difícil o planejamento e a execução de políticas públicas adequadas a essas populações (FioCruz, 2019).

No âmbito da saúde, os ciganos enfrentam desafios estruturais e simbólicos que restringem o acesso aos serviços e comprometem um atendimento integral e humanizado. Dentre os principais entraves, destacam-se a falta de documentos civis, a interrupção do cuidado devido ao nomadismo, a discriminação nas instituições de saúde e a falta de conhecimento dos profissionais sobre suas particularidades culturais. Esses fatores agravam as desigualdades em saúde e perpetuam a marginalização histórica desse grupo (Almeida; Barbosa; Pedrosa 2013).

A promulgação da Constituição Federal de 1988 e a criação do Sistema Único de Saúde (SUS) foram marcos significativos para a universalização da saúde no Brasil, ao estabelecer o direito à saúde como uma obrigação do Estado e promover a equidade como um princípio das políticas públicas. No entanto, a implementação desse princípio no dia a dia ainda enfrenta desafios, especialmente em situações de vulnerabilidade social e cultural, como as que envolvem os ciganos (Brasil, 1988; Nascimento, 2025).

Para atender às demandas dessas populações tradicionais, o Ministério da Saúde, por meio da Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI) e da Coordenação-Geral de Saúde da População Negra e Populações Tradicionais, elaborou diretrizes e programas específicos, como a Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo, da Floresta e das Águas (PNSIPCFA), lançada em 2013. Embora os ciganos sejam reconhecidos como beneficiários dessa política, sua aplicação enfrenta obstáculos, como a falta de capacitação dos profissionais e a escassez de ações efetivas na prática (Brasil, 2013).

Além da PNSIPCFA, outros documentos normativos também reconhecem os povos ciganos como sujeitos de direitos. O Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Povos e Comunidades Tradicionais, estabelecido pelo Decreto nº 6.040/2007, formaliza os ciganos como comunidades tradicionais e destaca a urgência de políticas intersetoriais que considerem suas especificidades. No entanto, existe um descompasso entre o reconhecimento normativo e a realização de ações concretas (Brasil, 2007).

Nos últimos anos, órgãos governamentais como o Ministério da Saúde e o Ministério dos Direitos Humanos têm enfatizado a necessidade de estratégias que promovam equidade em saúde. Relatórios e conferências, como a Conferência Nacional de Saúde da População Negra e de Povos e Comunidades Tradicionais, ressaltam a urgência na capacitação de profissionais de saúde básica, no fortalecimento da participação social e na construção de políticas que respeitem os modos de vida nômades e semi-nômades dos ciganos (De Medeiros; De Lourdes 2018).

A Política Nacional de Atenção Básica (PNAB) recomenda que as equipes de saúde da família atuem em regiões de difícil acesso e com situações de vulnerabilidade. Contudo, a presença dessas equipes nos acampamentos ciganos ainda é limitada, e poucos municípios adotam estratégias eficazes de busca ativa e vinculação com essa população. A abordagem territorializada da Estratégia Saúde da Família, embora eficaz em contextos diversos, se revela inadequada quando aplicada a grupos nômades (Brasil, 2017; Mangueira, 2023).

Outro ponto importante é a falta de visibilidade dos ciganos nos sistemas de informação em saúde. A carência de dados segmentados por etnia e a ausência de campos específicos em formulários dificultam o monitoramento de indicadores e a avaliação das políticas. Essa lacuna prejudica o planejamento de ações e a alocação de recursos, perpetuando a exclusão desse grupo nas políticas públicas (Nascimento, 2025).

A invisibilidade também se manifesta na formação dos profissionais de saúde, que frequentemente desconhecem as práticas culturais, os saberes tradicionais e as necessidades específicas dos ciganos. Isso contribui para a manutenção de estigmas e preconceitos, dificultando a construção de relacionamentos e a oferta de cuidados culturalmente adequados. A escassez de pesquisas sobre o tema agrava o desconhecimento, limitando o desenvolvimento de abordagens baseadas em evidências (Brandão, 2018).

Dentro dessa perspectiva, a saúde coletiva propõe uma abordagem ampliada que vai além da dimensão biomédica e integra fatores sociais, culturais e ambientais. Para os povos ciganos, isso significa considerar suas práticas de cuidado tradicionais, fortalecer o protagonismo comunitário e fomentar a intersetorialidade das ações. É necessário avançar na oferta de serviços, criando políticas que dialoguem com as realidades locais e respeitem a autonomia dos grupos (Almeida; Barbosa; Pedrosa 2013).

Experiências em alguns municípios brasileiros demonstram que é viável promover a inclusão dos ciganos por meio do diálogo intercultural, da participação comunitária e do envolvimento de lideranças locais. Essas iniciativas evidenciam que o cuidado em saúde pode ser efetivo quando fundamentado na escuta atenta, no respeito à diversidade e na co-construção de soluções (De Medeiros; De Lourdes 2018). Diante desse cenário, torna-se fundamental aprofundar a análise dos limites e das oportunidades das políticas públicas de saúde direcionadas aos povos ciganos, levando em consideração suas características socioculturais e as barreiras históricas no acesso aos serviços. Essa reflexão pode contribuir para o aprimoramento das estratégias do SUS e para o fortalecimento de uma abordagem equitativa e inclusiva na saúde coletiva.

Assim, a presente pesquisa visa compreender como se dá a assistência à saúde dos povos ciganos no Brasil, as políticas públicas em vigor e as diretrizes dos órgãos governamentais. O objetivo é analisar os avanços, os desafios e as perspectivas no atendimento a essa população tradicional, identificando os fatores que limitam ou potencializam a garantia do direito à saúde. Portanto, este estudo busca discutir as políticas de saúde direcionadas aos povos ciganos no Brasil, questionar a atuação dos órgãos governamentais no combate às desigualdades em saúde e sugerir caminhos possíveis para a promoção de um cuidado culturalmente apropriado, eficaz e inclusivo, no contexto da saúde coletiva.

2 METODOLOGIA

Este estudo apresenta uma revisão integrativa da literatura, um método que oferece uma visão abrangente dos resultados de investigações científicas sobre um determinado assunto, permitindo a compreensão do conhecimento atual e a identificação de lacunas a serem preenchidas. A revisão foi organizada em diversas etapas: definição da pergunta central, estabelecimento de critérios de inclusão e exclusão, seleção das fontes de informação, definição dos descritores, coleta e análise dos dados, e, finalmente, apresentação dos resultados.

A pergunta que orientou esta revisão foi: "Quais são as evidências disponíveis na literatura científica sobre o cuidado em saúde para os povos ciganos no contexto da saúde coletiva no Brasil?" Para responder a essa questão, foram utilizados os seguintes Descritores em Ciências da Saúde (DeCS): "Saúde Coletiva", "Populações Tradicionais", "Povos Ciganos", "Acesso aos Serviços de Saúde", "Equidade em Saúde" e "Política de Saúde". Esses descritores foram combinados com o operador booleano AND para aprimorar a busca de maneira mais eficaz.

A pesquisa foi realizada nas seguintes bases de dados eletrônicas: *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e PubMed. Foram incluídos estudos publicados entre janeiro de 2013 e março de 2025, que estivessem disponíveis na íntegra, nos idiomas português, espanhol ou

inglês, e que abordassem, direta ou indiretamente, o cuidado em saúde voltado aos povos ciganos no Brasil. Foram considerados artigos originais, revisões de literatura, documentos técnicos e institucionais, além de trabalhos científicos relevantes para o tema.

Os critérios de exclusão abrangeram artigos duplicados nas bases, estudos com foco exclusivo em legislações não brasileiras, trabalhos sem acesso ao texto completo e publicações que não tratavam de saúde coletiva ou das particularidades dos povos ciganos. A seleção dos estudos ocorreu em duas etapas: primeiro, pela leitura de títulos e resumos; em segundo, pela leitura completa dos textos selecionados, conforme os critérios estabelecidos

Para a coleta de dados, foi criado um instrumento que incluía variáveis como título do artigo, autores, ano de publicação, base de dados, tipo de estudo, objetivos, metodologia utilizada, principais resultados e conclusões. A análise dos dados foi feita de forma descritiva, categorizando os conteúdos em eixos temáticos que emergiram das descobertas, facilitando assim a compreensão e organização das informações.

Esta revisão segue os princípios éticos da pesquisa científica, pois não envolve diretamente seres humanos, mas sim dados secundários disponíveis publicamente. Além disso, busca aumentar o rigor metodológico na seleção e análise das fontes, visando assegurar a fidelidade e relevância das descobertas. Por fim, destaca-se como limitação desta revisão a escassez de publicações específicas sobre o tema nas bases consultadas, o que reflete, de maneira significativa, a invisibilidade histórica dos povos ciganos nas políticas públicas de saúde e na produção científica brasileira.

3 RESULTADOS

A fase inicial da revisão envolveu uma busca estruturada nas bases de dados SciELO, LILACS, BVS e PubMed, utilizando os descritores definidos no DeCS. Ao combinar os termos “Saúde Coletiva”, “Populações Tradicionais”, “Povos Ciganos”, “Acesso aos Serviços de Saúde”, “Equidade em Saúde” e “Política de Saúde”, foram encontrados inicialmente 124 estudos com potencial relevância para o tema em questão.

Após a triagem inicial, procedeu-se à eliminação de artigos duplicados entre as bases, resultando em um total de 102 estudos únicos. Essa etapa foi crucial para evitar viés de repetição de dados e assegurar a originalidade do corpus documental. Em seguida, os títulos e resumos dos 102 estudos foram cuidadosamente analisados de acordo com os critérios de inclusão e exclusão previamente estabelecidos. O objetivo dessa análise foi verificar se os estudos abordavam diretamente a temática do cuidado em saúde voltada aos povos ciganos no âmbito da saúde coletiva no Brasil.

Após uma triagem inicial, procedi-se à eliminação de artigos duplicados entre as bases, resultando em um total de 102 estudos únicos. Essa etapa foi crucial para evitar viés de reprodução de dados e garantir a originalidade do corpus documental. Em seguida, os títulos e resumos dos 102

estudos foram cuidadosamente analisados de acordo com os critérios de inclusão e exclusão previamente estabelecidos. O objetivo desta análise foi verificar se os estudos abordavam diretamente a temática do cuidado em saúde externa aos povos ciganos no âmbito da saúde coletiva no Brasil.

Como resultado desse processo de triagem, 73 estudos foram excluídos por não atenderem aos critérios definidos. A maioria deles não se refere especificamente aos povos ciganos ou abordava outras tradições culturais ou contextos internacionais. Após essa exclusão, 29 estudos foram considerados aptos para leitura completa. Nessa etapa, os textos foram analisados para verificar a presença de elementos metodológicos, objetivos e resultados que foram alinhados com a questão central da revisão.

Durante uma leitura total, foram descartados os estudos que apresentavam inconsistências metodológicas, abordagens genéricas ou falta de dados relevantes para o objeto de estudo. Assim, 21 artigos foram eliminados nesta fase, por não se adequarem plenamente aos critérios estabelecidos ou por apresentarem dados superficiais ou de baixa relevância científica.

Por fim, apenas 8 estudos foram selecionados para compor a amostra final da revisão integrativa, por estabelecerem uma conexão direta com a saúde dos povos ciganos no Brasil, evidenciando práticas de cuidado, barreiras de acesso, políticas públicas, representações sociais e experiências de profissionais da saúde. A seguir, a Tabela 1 sintetizada o percurso metodológico da pesquisa.

Tabela 1 – Etapas do Processo de Seleção dos Estudos Incluídos na Revisão Integrativa

ETAPAS DO PROCESSO DE SELEÇÃO	QUANTIDADE DE ESTUDOS
Estudos identificados nas bases de dados	124
Estudos após remoção de duplicatas	102
Estudos excluídos após leitura de título e resumo	73
Estudos elegíveis após leitura completa	29
Estudos incluídos na revisão final	08

FONTE: Autores, 2025.

A tabela apresentada acima resume o processo de identificação, triagem, elegibilidade e inclusão dos estudos. Ela demonstra o rigor metodológico adotado e evidencia a necessidade de ampliação da produção científica externa para essa temática, ainda pouco explorada nas bases consultadas.

4 DISCUSSÃO

A revisão integrativa possibilitou a identificação de um conjunto limitado, porém representativo, de trabalhos científicos e institucionais que tratam do cuidado em saúde voltado para os povos ciganos no Brasil. Os oito estudos analisados revelam aspectos fundamentais sobre as vulnerabilidades, resistências e falhas nas políticas públicas de saúde, com atenção especial ao Sistema Único de Saúde (SUS). Essas pesquisas oferecem contribuições significativas para a compreensão das

dinâmicas sociais e culturais que afetam o acesso e a continuidade dessa população nos serviços de saúde.

O estudo de Souza *et al. (*2022) se destaca por apresentar uma abordagem fenomenológica sobre as experiências de mulheres ciganas da etnia Calon no Distrito Federal, abordando contextos de pré-natal, parto e puerpério. Através das narrativas coletadas, observa-se uma visão restrita do SUS, frequentemente percebido apenas como um "cartão magnético". As mulheres apresentam insegurança em relação à instituição, além de sofrerem com a falta de acolhimento e barreiras linguísticas e culturais. Essa pesquisa demonstra que, além da oferta de serviços, existe uma lacuna significativa na comunicação e no reconhecimento da etnicidade cigana por parte dos profissionais de saúde, o que compromete o acesso efetivo aos direitos reprodutivos e à assistência obstétrica.

Por sua vez, a pesquisa realizada por Cardoso e Bonomo (2019), focada na infância Calin no Espírito Santo, revela que o processo de socialização das crianças ciganas está intimamente ligado à tradição oral, à vivência da "lei cigana" e ao respeito pelos ritos de passagem. Mesmo em comunidades parcialmente integradas, a preservação de práticas como o uso de vestimentas tradicionais, a língua caló e a divisão de papéis por gênero e idade continuam sendo elementos fundamentais da identidade. Essa situação desafia os modelos tradicionais de atendimento infantil e educação em saúde, exigindo estratégias mais sensíveis às trajetórias sociais desses grupos.

Na análise de Vacite *et al*. (2023), o foco recai sobre a população cigana urbana no Rio de Janeiro. Este estudo destaca os efeitos da invisibilidade institucional e do racismo estrutural como determinantes sociais que dificultam o acesso a um cuidado integral. Além disso, abordam ações de extensão, como a criação de cartas e aplicativos educativos, destinadas à promoção da saúde e ao fortalecimento das lideranças ciganas. Essa abordagem é um exemplo positivo de articulação entre universidade, comunidade e território cigano, reforçando o protagonismo social e a autonomia na luta por direitos.

O trabalho de Bento e Batista (2018) analisa a situação dos Calon na região Nordeste, revelando que, apesar dos avanços legais e institucionais, os ciganos continuam a enfrentar problemas persistentes, como a dificuldade no acesso à saúde e à educação, além da continuidade de estigmas e discriminações. O estudo indica que a atuação dos órgãos públicos ainda é tímida e que o reconhecimento de direitos ocorre de maneira reativa, geralmente impulsionado por denúncias ou mobilizações locais. A falta de políticas estruturais de longo prazo para esse grupo é um dado alarmante que reforça a urgência de diretrizes específicas e contínuas.

O artigo de Rothenburg e Stroppa (2020) oferece uma visão jurídico-política ao analisar o Projeto de Lei nº 248/2015, que institui o Estatuto dos Povos Ciganos. Os autores discutem a importância de uma normatização específica para a visibilidade e reconhecimento das particularidades culturais dos ciganos, incluindo no setor da saúde. Eles enfatizam que a invisibilidade normativa

representa uma forma de precarização simbólica e que a implementação de políticas efetivas requer a escuta atenta das lideranças ciganas e a participação direta dessas comunidades nos processos legislativos e administrativos.

No documento Subsídios para o cuidado em saúde do povo cigano, a importância do diálogo intercultural para desafiar o modelo biomédico dominante. O estudo relata que as práticas culturais de cuidado dos ciganos fundamentadas na oralidade, espiritualidade e autonomia devem ser reconhecidas como formas legítimas de produção de saúde. Essa perspectiva amplia a compreensão do cuidado e sugere que o SUS precisa incluir diferentes racionalidades de saúde, valorizando os conhecimentos tradicionais na elaboração e execução das ações (Brasil, 2016)

O Guia Orientador para a Atenção Integral à Saúde do Povo Cigano, publicado pelo Ministério da Saúde em 2022, serve como um documento técnico-normativo destinado a apoiar gestores e profissionais no cuidado intercultural e equitativo. O guia aborda a importância da atenção primária, da escuta ativa e da adaptação dos serviços à realidade da itinerância e das práticas culturais do povo cigano. A publicação ressalta o papel estratégico das Equipes de Saúde da Família e da vigilância em saúde como instrumentos de promoção da equidade. No entanto, também alerta que a capacitação ainda é insuficiente e que poucos municípios adotam protocolos específicos para essa população (Brasil, 2022).

Finalmente, é importante destacar o marco institucional representado pela Portaria nº 4.384, de 28 de dezembro de 2018, que modifica a Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS e estabelece a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Povo Cigano. Esta política formaliza a necessidade de ações intersetoriais, culturalmente adaptadas e territorialmente articuladas, reforçando o direito à saúde como um princípio universal e inalienável. Apesar disso, a implementação da portaria enfrenta desafios operacionais e orçamentários, além de resistências institucionais em relação à diversidade étnica e cultural (Brasil, 2018).

Ao analisar os estudos, fica claro que, apesar da produção científica sobre saúde e povos ciganos no Brasil ainda ser limitada, ela já oferece subsídios importantes para o avanço das políticas públicas. A maioria das pesquisas ressalta a necessidade de combater o racismo institucional, de incluir a população nos sistemas de informação e de ampliar o diálogo entre o SUS e os saberes tradicionais. Para construir um cuidado realmente integral e intercultural, é fundamental reconhecer as particularidades desse povo e reconfigurar as práticas de saúde com base na equidade.

5 CONCLUSÃO

Esta revisão integrativa proporcionou uma análise das evidências presentes na literatura científica sobre o cuidado em saúde destinado aos povos ciganos no contexto da saúde coletiva no Brasil. A análise dos estudos selecionados revelou que, apesar de avanços normativos significativos,

como a criação da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Povo Cigano e a orientação do Ministério da Saúde, a aplicação prática dessas diretrizes ainda enfrenta barreiras consideráveis.

Os principais desafios identificados incluem: a invisibilidade dessa população nos sistemas de informação em saúde; a falta de treinamento dos profissionais sobre as particularidades culturais dos ciganos; a discriminação institucional; e a inadequação de modelos territoriais fixos em relação ao estilo de vida nômade. Além disso, as experiências registradas na literatura apontam para a falta de escuta ativa, a desvalorização dos conhecimentos tradicionais e a baixa participação comunitária, fatores que alimentam as desigualdades em saúde.

Portanto, podemos afirmar que a assistência à saúde dos povos ciganos no Brasil ainda traz à tona lacunas tanto estruturais quanto simbólicas, que comprometem a eficácia do SUS em oferecer um cuidado integral, humanizado e culturalmente sensível a essa população. Assim, a questão central da pesquisa é respondida, destacando que, embora existam políticas públicas que reconhecem os ciganos como detentores de direitos, ainda há um descompasso entre a legislação vigente e a realidade do atendimento, o que demanda uma reconfiguração das práticas institucionais para torná-las mais inclusivas e equitativas.

Entre as limitações do estudo, ressalta-se a falta de publicações específicas sobre o tema nas bases científicas consultadas, refletindo a invisibilidade histórica dos povos ciganos na academia e nas políticas públicas. Essa limitação sinaliza a necessidade urgente de novas investigações, principalmente empíricas, que ampliem o entendimento sobre práticas de cuidado, determinantes sociais da saúde e estratégias para fortalecer a atenção primária a esse grupo tradicional. Pesquisas futuras podem desempenhar um papel fundamental na melhoria das políticas públicas e no desenvolvimento de um modelo de saúde mais justo, plural e eficaz.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Manoel Guedes de; BARBOSA, Débora Regina Marques; PEDROSA, José Ivo dos Santos. Trilhas da iniquidade: saúde pública de povos ciganos e políticas no Brasil. Revista Eletrônica Gestão & Saúde, v. 3, pág. 1116-1129, 2013. ISSN 1982-4785. Disponível em: https://core.ac.uk.

BRANDÃO, Flávia de Moraes Rocha. População cigana e acesso aos serviços de saúde. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Enfermagem) – Centro Universitário de Brasília, Faculdade de Ciências da Educação e Saúde, Brasília, DF, 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta. 1ª edição; 1. reimpressão. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2013. 48 p. ISBN 978-85-334-1985-8.

BRASIL. Presidência da República. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República.

BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 8 fev. 2007.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 2.436, de 21 de setembro de 2017. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo uma revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 22 set. 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. Subsídios para o Cuidado à Saúde do Povo Cigano. Brasília: Ministério da Saúde, 2016. 44 p. Realização: Associação Internacional Maylê Sara Kalí. ISBN 978-85-334-2437-1.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 4.384, de 31 de dezembro de 2018. Aprova a consolidação do Planejamento do Ministério da Saúde para o quadriênio 2020-2023. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 156, n. 1, pág. 131-132, 2 jan. 2019. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2018/prt4384_31_12_2018.html.

BENTO, Marciana Ferreira; BATISTA, Mércia Rejane Rangel. Os ciganos calons na região nordeste: um estudo sobre as demandas por acesso aos direitos. Revista Ecologias Humanas, v. 8, n. 9, p. 51-69, 2022. DOI: 10.5281/zenodo.11522745.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Departamento de Saúde da Família. Guia orientador para a atenção integral à saúde do povo cigano [recurso eletrônico]. Brasília: Ministério da Saúde, 2022. 35 p. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_orientador_saude_povo_cigano.pdf

CARDOSO, Grecy Kelle Andrade; BONOMO, Mariana. Infância Calin: socialização étnica e identidade social entre crianças ciganas. Psicologia: Ciência e Profissão, v. 39, n. spe, p. e2222651, 2019. DOI: https://doi.org/10.1590/1982-3703003222651.

DE MEDEIROS, Luana Antonino; DE LOURDES, Maria Soares. SUS E POVOS CIGANOS: Desafios na construção de uma política brasileira para equidade. Áltera – Revista de Antropologia, João Pessoa, v. 2, n. 7, p. 270-283, jul. / dez. 2018.

FIOCRUZ. Fundação Osvaldo Cruz Ciganos no Brasil: saúde e preconceitos. Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde – ICICT. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, [202-?]. Disponível em: https://www.icict.fiocruz.br/content/ciganos-no-brasil-sa%C3%BAde-e-preconceitos.

GILGEN, Ana Carolina; DOMINGUES, Catia Aparecida Ribeiro Lima; SOARES, Silvana Do Rocio. Na barra da sua saia: Povos ciganos e os paradigmas de atuação do Ministério Público. V seminário nacional serviço social, trabalho e política, Universidade Federal de Santa Catarina, 2024.

MANGUEIRA, Cícera Suênia Soares. O cuidado na atenção primária à saúde sob o olhar de uma comunidade cigana Calon em Sousa/PB. 2023. 153f. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Universidade Federal da Paraíba, Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, João Pessoa, 2023. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/32716.

NASCIMENTO, Elizabeth Rios Quinto de Souza. O enfrentamento do povo cigano para obtenção dos direitos fundamentais sociais previstos pela constituição federal de 1988. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, [S. l.], v. 11, n. 3, p. 211–221, 2025. DOI: 10.51891/rease. v11i3.18294.

ROTHENBURG, Walter Claudius; STROPPA, Tatiana. Estatuto dos Povos Ciganos no Projeto de Lei do Senado n. 248/2015. Journal of institutional studies 2 (2020), REI-Revista Estudos Institucionais, v. 6, n. 2, p. 600-624, 2020. DOI: 10.21783/rei. v6i2.426.

SOUZA, Daniela Ketlyn Coutinho Porto et al. A experiência e as estratégias das mulheres de etnia cigana com o nascimento dos seus filhos: a realidade do mundo cigano no Sistema Único de Saúde do Distrito Federal. Cadernos Ibero-Americanos de Direito Sanitário, v. 11, n. 1, p. 106-127, 2022.

VACITE, Mio et al. Saúde da população cigana urbana no rio de janeiro/brasil. revista foco, [S. l.], v. 16, n. 10, p. e3258, 2023. DOI: 10.54751/revistafoco. v16n10-031.